

SABERES DE EDUCADORES DA REDE PÚBLICA DE CAMPINA GRANDE ACERCA DA FITOTERAPIA E PLANTAS MEDICINAIS

ANGELINO, Ê. M.¹; PONTES, D. C.¹; SOUSA, T. B.¹; PARANHOS, G. D. C.¹; LEADEBAL, R. Â. C. P.¹; OLIVEIRA, L. S.¹; SILVA, Y. V. J.¹; SILVA, Y. E. O.¹; MONTEIRO, L. M. de V. V.¹; SANTOS, A. B. C.¹; SILVA, A. R.¹; SOUSA, M. E. M.¹; FANK, E. I.¹; SILVA, J. E. L.¹; ALMEIDA, L. S.¹; RODRIGUES, V. M.¹; GOMES, V. A.¹; SANTOS, J. F.¹; MOUZINHO, J. H. G.¹; LEMOS-JORDÃO, A. J. J. M.²

¹Grupo PET Fitoterapia - Conexões de Saberes, UFCG, Campus Campina Grande - PB; ² Tutora do Grupo PET Fitoterapia - Conexões de Saberes, UFCG, Campus Campina Grande - PB.
Email: emilly.angelino.99@gmail.com; petfitoterapia17@gmail.com.

RESUMO: O senso comum de que os fitoterápicos são inofensivos é equivocado, e a correta identificação, o preparo e a posologia são essenciais para evitar riscos de intoxicação. Objetivou-se investigar o nível de conhecimento dos professores de escolas públicas de Campina Grande sobre fitoterapia e a identificação de plantas tóxicas no ambiente escolar. Realizou-se um estudo observacional, exploratório, de natureza qualitativa-quantitativa envolvendo 31 professores de escolas públicas, com dados coletados de maio a agosto de 2023, utilizando entrevistas mediadas por questionários. Os dados quantitativos foram analisados por cálculos de frequência e medidas de tendência central, e o material qualitativo por análise hermenêutica. Observou-se conhecimento sobre plantas medicinais populares, como camomila e erva-doce, fragilidades no conhecimento sobre o preparo para uso, o não reconhecimento de plantas tóxicas e o despreparo para agir adequadamente em casos de intoxicação. O estudo concluiu que a capacitação dos professores é necessária para o uso seguro de plantas medicinais e o manejo de plantas tóxicas, visando garantir um ambiente escolar mais seguro e promover a saúde dos alunos.

Palavras-chave: Fitoterapia; Docentes; Educação em saúde; Intoxicação por plantas.

KNOWLEDGE OF PUBLIC SCHOOL EDUCATORS IN CAMPINA GRANDE ABOUT PHYTOTHERAPY AND MEDICINAL PLANTS

ABSTRACT: The common belief that herbal remedies are harmless is misguided, and proper identification, preparation, and dosage are essential to avoid risks of intoxication. The objective was to investigate the level of knowledge of public-school teachers in Campina Grande regarding herbal medicine and the identification of toxic plants in the school environment. An observational, exploratory, qualitative-quantitative study was conducted with 31 public school teachers, with data collected from May to August 2023 through interviews using questionnaires. Quantitative data were analyzed through frequency calculations and measures of central tendency, while qualitative material was examined using hermeneutic analysis. The study found knowledge of popular medicinal plants, such as chamomile and fennel, but revealed gaps in knowledge regarding preparation for use, failure to recognize toxic plants, and lack of preparedness to act appropriately in cases of intoxication. The study concluded that teacher training is necessary for the safe use of

medicinal plants and the management of toxic plants, aiming to ensure a safer school environment and promote student health.

Keywords: Phytotherapy; Faculty; Health Education; Plant Poisoning.

1. INTRODUÇÃO

A relação milenar entre Homem e Natureza evidencia a versatilidade do uso de espécies vegetais pelo ser humano, sendo os saberes em Fitoterapia construídos através da observação, tentativa e erro. A preservação desse saber ancestral envolve a transmissão oral, sobretudo pelas figuras populares dos benzedores e raizeiros (Hoffman, 2018. Ribeiro 2014). A despeito do tradicional uso popular, apenas a partir de 2006 a Fitoterapia foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) como terapia complementar, através de políticas e programas nacionais sobre plantas medicinais, fitoterápicos, práticas integrativas e complementares. Os dispositivos legais objetivam o uso sustentável da biodiversidade, o acesso seguro e o uso racional dessas terapias (BRASIL, 2016).

O senso comum de inocuidade dos fitoterápicos e PM é equivocado (Veloso, 2023), sendo fundamental a correta identificação da espécie, o adequado preparo, posologia e tempo de uso, cuidados comuns às medicações convencionais. Nesse sentido, Pedroso *et al* (2021) evidenciam a educação em saúde nas escolas e espaços comunitários, com fortalecimento do uso seguro e menor risco de intoxicação e efeitos adversos.

O modelo teórico-metodológico dialógico envolve a inter-relação horizontalizada entre educando e educador, pautando-se na troca de saberes entre os indivíduos (Nogueira, 2022). Sob esta visão, Farias *et al* (2023) relatam experiência exitosa em educação em saúde com docentes, pais e alunos, estes últimos sujeitos ativos na aprendizagem.

Ante o exposto, o Programa de Educação Tutorial (PET) Fitoterapia - Conexões de Saberes (Universidade Federal de Campina Grande - UFCG), em conjunto com educadores, implantou hortas comunitárias em algumas escolas públicas periféricas da cidade, em 2023. Assim, fruto dessas ações, definiu-se como objeto de estudo desta pesquisa identificar o nível de conhecimento de professores das escolas públicas de Campina Grande acerca da Fitoterapia e o papel (is) dessa terapia e formas de uso no cuidado em saúde. Buscou-se ainda explorar o papel dos educadores no cenário da educação em saúde e sua conduta diante de caso hipotético de acidente com plantas tóxicas no ambiente escolar.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), sob o número de CAAE 69253923.4.0000.5182 e parecer 6.102.966. Trata-se de um estudo observacional e exploratório de natureza qualitativa-quantitativa. Os locais de estudo foram escolas municipais de pequeno porte, em que o PET Fitoterapia - Conexões de saberes desenvolveu ações extensionistas e construiu hortas comunitárias. Os questionários com questões objetivas e subjetivas foram aplicados entre maio e agosto de 2023. Os participantes do estudo acessaram previamente na íntegra o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo-se o acesso ao questionário da pesquisa aos que aceitaram participar.

Foram incluídos todos os educadores que assinaram o TCLE, sendo excluídos os que não atenderam aos critérios de inclusão. Os participantes foram codificados, de modo a preservar a identidade. Seguiu-se a leitura das respostas abertas para familiarização com os dados e seleção de forma de interpretação com posterior análise a partir da hermenêutica-dialética. Os dados de natureza quantitativa - dados sociodemográficos - foram transcritos em planilha do *Excel* e submetidos à análise quantitativa pelo software, com extração de porcentagens e síntese em gráficos e/ou tabelas. Adotou-se o valor de p 0,05 para a realização dos testes estatísticos, a fim de investigar diferença estatística significativa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O universo de dados correspondeu a 31 questionários de participantes incluídos. A maioria da amostra (77,4%) foi composta por mulheres, com predomínio de idade entre 35 a 60 anos. Esses resultados assemelham-se ao perfil de educadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, conforme o Censo da Educação Básica da Paraíba (2021): mulheres (89,5%) e maior frequência de idade entre 30 e 49 anos em ambos os sexos. O nível de escolaridade mais frequente foi a graduação (80,65%), seguida da pós-graduação (19,35%), havendo portanto, substancial diferença quanto à formação continuada dos educadores da presente amostra (19,35%) em comparação ao estado paraibano (45,2%).

Quanto à área de atuação, a frequência decrescente foi: Pedagogia ($n=10$), História ($n=4$), Matemática ($n=3$), Português ($n=3$), Biologia ($n=2$), Geografia ($n=2$), Educação física ($n=2$), Atendimento educacional especializado ($n=2$), Filosofia ($n=1$), Inglês ($n=1$), Artes ($n=1$). Quanto à renda mensal, 54,8% dos entrevistados recebem entre R\$ 2640,00 e R\$ 5280,00 e 45,1% ganham entre R\$ 5280,01 e R\$ 13200,00. Em se tratando dum estudo exploratório, nota-se a escassez de mais dados sociodemográficos sobre o público estudado.

A maioria dos participantes apenas citou as espécies de plantas medicinais usadas, sendo as mais frequentes: Camomila ($n=6$), Erva-doce ($n=5$), Boldo ($n=2$) e Louro ($n=2$). Tais resultados corroboram com a literatura etnobotânica da região Nordeste feita em revisão de Ferraz (2022), em que o autor também menciona Camomila, Erva-doce e Boldo. Poucos educadores informaram a finalidade específica do uso das PM e fitoterápicos citados. Assim, a partir dos dados disponíveis comparou-se o uso relatado (Tabela 1) com o uso recomendado pelos órgãos nacionais oficiais ligados à saúde Considerados como documentos oficiais: Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (2009), Formulário de Fitoterápicos (2016) e Memento Fitoterápico (2021).

TABELA 1- Informações citadas pelos entrevistados e as respectivas informações de recomendações para a utilização indicada pelos órgão competentes de forma comparativa.

Espécie (nome científico)	Uso relatado no questionário	Uso (s) recomendado (s) pelos documentos oficiais do SUS ^a
Boldo (<i>Peumus boldus</i>)	Problemas gástricos	Auxiliar no alívio dos sintomas dispépticos

Camomila (<i>Matricaria chamomilla</i>)	Estresse Problemas da menopausa Crises de ansiedade Calmante natural	Queixas gastrointestinais leves Lesão e inflamação leves de mucosas e pele Resfriado comum
Cidreira (<i>Melissa officinalis</i>)	Relaxante, calmante, crises de ansiedade	Queixas gastrointestinais leves Ansiedade e insônia leves
Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus Labill</i>)	Gripe	Tosse produtiva associada ao resfriado comum
Erva doce (<i>Pimpinella anisum</i>)	Problemas da menopausa	Queixas gastrointestinais leves Tosse produtiva associada ao resfriado comum
Louro (<i>Laurus nobilis</i>)	Para digestão	Não há recomendação expressa
Mastruz (<i>Dysphania ambrosioides</i>)	Dores articulares	Não há recomendação expressa
Graviola (<i>Annona muricata</i>)	Acidez gástrica	Não há recomendação expressa

Fonte: Autoria própria, 2024.

O chá foi a forma de uso mais citada (n=9), seguido de cápsula (n=1), tintura alcoólica (n=1) e uso tópico (n=1). O chá também foi a principal forma de consumo encontrada em estudo feito com população da caatinga nordestina, entre 1980 e 1990 (Magalhães, 2020). Todavia, há importante diferença entre as frequências desta pesquisa (75%) e do referido estudo (47,6%). Em que pese o hiato temporal, nota-se que a distinção entre os públicos - professores da área urbana mais jovens e pessoas figuras populares (raizeiros, parteiras, benzedeiros) com maior idade - pode ser o fator com maior influência sobre os achados. A maioria das respostas não contempla diretamente qual a parte da planta usada, havendo citação de erva como possível sinônimo de folha e nenhuma menção a raízes e flores. Poucos educadores descreveram as etapas de preparo empregadas.

Grande parcela da amostra (67,74%) afirmou conhecer as espécies vegetais presentes no ambiente escolar, havendo respostas que atribuíram tal conhecimento à presença de hortas e projetos escolares acerca de plantas. Mas apenas uma minoria (16,1%) soube avaliar a presença de plantas tóxicas, sendo esta dificuldade em identificar as espécies tóxicas, um desafio compartilhado por outros educadores do ensino infantil (Martins, 2020).

Questionados acerca do que fazer em caso de acidentes com plantas tóxicas, infelizmente apenas um educador respondeu adequadamente: prestar primeiros socorros e solicitar atendimento médico com exemplar da espécie. Nesse contexto, o tema exige mais atenção nos espaços escolares, não apenas para a divulgação do conhecimento, mas também para garantir a segurança dos alunos. Ter professores mais preparados significa criar um ambiente mais seguro. Tratar desse assunto nas escolas torna-se urgente, já que Oliveira *et al* (2003) apontam que o conhecimento sobre plantas tóxicas não é suficientemente disseminado entre a população e os profissionais de saúde, aumentando a ocorrência de acidentes com plantas ornamentais. Tal afirmação é corroborada por este estudo, pois respostas como fornecer antialérgico, contatar os pais e lavar com água indicam conhecimento limitado sobre

os riscos que as plantas tóxicas oferecem e acerca da adequada conduta em situações de intoxicação envolvendo alunos.

Dessa forma, no ambiente escolar que possa conter plantas tóxicas a falta de conhecimento sobre elas representa um risco significativo à saúde dos alunos. Além disso, o desconhecimento sobre os riscos e as ações adequadas em casos de intoxicação não se limita apenas aos professores, mas também à população em geral. Dessa forma, a escola, como um espaço destinado à formação e disseminação de conhecimento, é ideal para ampliar a conscientização sobre plantas tóxicas.

4. CONCLUSÕES

Os resultados revelam a predominância do consumo de plantas de uso popular, como camomila e erva-doce, reflete como o saber tradicional é frequente no ambiente escolar. limitado conhecimento sobre o uso dessas plantas e importantes lacunas, pois a maioria dos educadores não demonstrou domínios sobre a correta identificação das PM e seu correto preparo, além dos riscos de interações com medicamentos alopáticos, o que pode comprometer a segurança no uso dessas terapias.

Outro ponto crítico identificado foi a pouca familiaridade dos professores com as plantas tóxicas presentes no ambiente escolar, o que representa um risco potencial à segurança dos alunos. Embora as hortas comunitárias implantadas sejam um importante recurso pedagógico e de promoção da saúde, a falta de conhecimento sobre plantas tóxicas e o manejo adequado em situações de intoxicação é preocupante e requer ações de capacitação e conscientização. Diante disso, torna-se essencial promover a educação continuada desses profissionais, enfatizando tanto o uso seguro e racional de plantas medicinais e fitoterápicos quanto a identificação e o manejo de plantas tóxicas. A integração dessas práticas na educação em saúde nas escolas além de melhorar a segurança dos alunos, pode fortalecer o papel da escola como agente transformador no cuidado com a saúde comunitária.

5. REFERÊNCIAS

HOFFMANN, R.; ANJOS, M. C. R. Construção histórica do uso de plantas medicinais e sua interferência na socialização do saber popular. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/download/58151/37274>. Acesso em: 20 de ago. 2024

RIBEIRO, P. M. R. C. Práticas de cura popular: uso de plantas medicinais e fitoterapia no ponto de cultura 'os tesouros da terra' e na rede fitovida na região serrana - Lumiar/Rio de Janeiro (1970-2010). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/18945>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. – Brasília: Ministério da Saúde,

2016. Disponível em:
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_programa_nacional_plantas_medicinais_fitoterapicos.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

FARIAS, M. A.; DA SILVA, R. M.; SÉRIO, F. S.; SIQUEIRA, G. M. A educação em saúde como ferramenta na prevenção de doenças transmissíveis no ambiente escolar. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 11580–11590, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.34119/bjhrv6n3-251>. Acesso em: 17 ago. 2024.

FERRAZ, M. P. S.; COSTA, J. A. S.; NASCIMENTO COSTA, C. B.; NOVAIS, J. S.; OLIVEIRA, G. L. Plantas medicinais utilizadas no nordeste brasileiro com potencial fitoterápico: uma revisão bibliográfica. **Revista Etnobiología**, v. 21, n.2, 2023. Disponível em: <https://www.revistaetnobiologia.mx/index.php/etno/article/view/517>. Acesso em: 19 ago. 2024.

MAGALHÃES, K. N.; BANDEIRA, M. A. M.; MONTEIRO, M. P. **Plantas medicinais da caatinga do Nordeste brasileiro - Etnofarmacopeia do Professor Francisco José de Abreu Matos**. Fortaleza: Imprensa universitária, 2020.

MARTINS, M. K. O.; FERREIRA, B. O.; COSTA, F. B.; SANTOS, G. S. S.; COSTA, J. F.; Plantas tóxicas no ambiente escolar: com a palavra, professoras da educação infantil de Aldeias Altas, Maranhão, Brasil. **Research, Society and Development**, v. 9, nº7. 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4451/3970>. Acesso em: 17 set. 2024.

NOGUEIRA, D. L.; SOUSA, M. S.; DIAS, M. S. A.; PINTO, V. P.T.; LINDSAY, A. C.; MACHADO, M. M. T. Educação em Saúde e na Saúde: Conceitos, pressupostos e abordagens teóricas. **Revista de Políticas Públicas**, n. 21, v. 02, p. 101-109, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36925/sanare.v21i2.1669>. Acesso em: 17 ago. 2024.

OLIVEIRA, R. B.; GODOY, S. A. O.; COSTA, F. B. **Plantas tóxicas: conhecimento e prevenção de acidentes**. Ribeirão Preto: Holos, 2003.

PEDROSO, R. S.; ANDRADE, G.; PIRES, R. H. Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso racional e seguro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 31, n. 02, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310218>. Acesso em: 17 ago. 2024.

VELOSO, A. R.; GERONIMO, E. NEVES, A. C.; JESUS, A. G. M. SANTOS G. H. A. FEDRIGO, T. T.; HOSCHEID, J.; JESUS, D. R.; SEGURA, D. C.; ZARDETO, G. Cultivo e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, Umuarama, v.1, n.1, p. 90 - 104, 2023. Disponível em: [10.25110/arqsaude.v27i1.20239068](https://doi.org/10.25110/arqsaude.v27i1.20239068). Acesso em: 16 ago. 2024.